

Patrícia Précoma Pellanda

Diretrizes Jurídicas de Eco-Regeneração e Agricultura Regenerativa

perspectivas para um novo modelo de produção com
base na ecologia e na economia ecológica

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

1 Introdução	1
2 Meio Ambiente e Globalização	11
2.1 História da Humanidade: o plano de progresso que nos levou em direção à crise.....	11
2.2 Monocultura Agrícola e <i>Commodities</i> : padronização de alimentos e uniformização do ensino e do pensamento	19
2.3 Crescimento Econômico: paradigma de um mundo globalizado e padronizado.....	25
2.4 Reflexões Teóricas para o Equilíbrio entre Economia e Meio Ambiente	31
2.4.1 Sustentabilidade e o pilar ambiental fundamental	32
2.4.2 Sustentabilidade e racionalidade ambiental	33
2.4.3 Reorientação do capitalismo e economia solidária	34
2.4.4 Ecologismo dos pobres	35
2.4.5 Era da resiliência	36
2.4.6 Bem viver	38
2.4.7 Decrescimento	38
2.4.8 Ecolítica anticapitalista e transambiental	40
2.5 Sistema Econômico e o Estigma do Capitalismo: Antropoceno e Capitaloceno.....	41
2.6 Paradigma do Capitalismo: o modelo de produção visto como forma de organização da natureza	48

3 Diretrizes Jurídicas de Eco-Regeneração: um novo olhar ao direito..... 61

- 3.1 Direito e Pensamento Complexo: a intrínseca
relação entre o direito e outras ciências62
- 3.2 Dinâmica Evolutiva e Teia da Vida: um ensinamento
da ecologia para a evolução do direito e o
consequencialismo ambiental 68
- 3.3 Direito Ecológico: uma estrutura jurídica sistêmica e ecológica ...74
- 3.4 Diretrizes Jurídicas de Eco-Regeneração como Método
Ecológico de Interpretação da Norma Jurídica83
 - 3.4.1 Economia ecológica: bases ecológicas para o
desenvolvimento econômico e atividades regenerativas91
 - 3.4.2 Capitalismo regenerativo: um novo caminho
pragmático de organização da natureza102

4 Síntese das Diretrizes Jurídicas de Eco-Regeneração e Instrumentos Regenerativos Aplicáveis 111

- 4.1 Premissas das Diretrizes Jurídicas de Eco-Regeneração:
o encontro da dupla ecologia-economia
para a regeneração da natureza 112
- 4.2 Negócios Regenerativos e Instrumentos Regenerativos Aplicáveis ... 118
- 4.3 Diretrizes Jurídicas de Eco-Regeneração na Constituição
da República Federativa do Brasil de 1988 123
 - 4.3.1 Biodiversidade e regeneração como elementos
essenciais à integridade ecológica
(artigo 225, §1º, inciso I da CRFB/88)..... 134
 - 4.3.2 Finalidade ecológica da ordem econômica brasileira
(artigo 170, caput e inciso VI da CRFB/88)142
 - 4.3.3 Atuação e gestão pública e privada sob
o olhar do consequencialismo ambiental
(artigo 170, inciso VI, parte final, da CRFB/88).....147

5 Agricultura Regenerativa: uma nova abordagem para a política agrícola brasileira	157
5.1 Agricultura no Brasil: um paradoxo entre economia e meio ambiente	158
5.1.1 Agricultura e meio ambiente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	159
5.1.2 Base de dados da produção agrícola no Brasil e o controvertido indicador do crescimento econômico	162
5.1.3 Parâmetros de toxicidade e extrafiscalidade dos agrotóxicos ...	165
5.2 Agricultura Regenerativa: conceito e características de um novo modelo de produção agrícola	173
5.3 Instrumentos para a Transformação da Produção Agrícola rumo à Agricultura Regenerativa.....	185
5.3.1 Práticas agrícolas regenerativas e inovações ecológicas: a transformação agrícola pela ciência e tecnologia	185
5.3.2 Agricultura regenerativa e eficiência energética: o êxito da aliança judiciário-universidade-agricultor /empresa nos EUA	189
5.3.3 A proposta de regulamentação da agricultura regenerativa nos EUA e a compensação por serviços ambientais.....	191
5.3.4 Certificações e rotulagens para validação do modelo de produção de agricultura regenerativa	194
5.4 Agricultura Regenerativa como Estratégia de Desenvolvimento Agrícola e Econômico no Brasil.....	196
5.4.1 Proposta de regulamentação e Protocolo Padrão de Agricultura Regenerativa Sustentável	197
5.4.2 Agricultura para além da monocultura: integração da biodiversidade à Política Agrícola Brasileira.....	201

5.4.3 Zoneamento Ecológico-Econômico e planejamento das cidades: instrumento de organização do território aplicável às atividades agrícolas	209
5.4.4 Integração Lavoura-Pecuária-Floresta: sistemas integrados de exploração caracterizados como agricultura regenerativa	211
5.4.5 Manejo ecológico e agricultura regenerativa: ações ecológicas que podem ser consideradas ilegais no Brasil	213
6 Conclusão	217
Referências.....	227
Glossário.....	249